

Eixo Temático
2. Educação no Campo e Políticas Públicas

Título
POLÍTICAS PÚBLICAS/ESTATAIS PARA UMA EDUCAÇÃO RURAL

Autora
Mírian Helena Goldschmidt

Instituição
UFSCar

E-mail
mirianhgold@gmail.com

Palavras-chave
Políticas Públicas; Rural; Urbano e Educação

Resumo

Esse artigo tem como objetivo apresentar que o rural e o urbano, longe de serem apenas espaços geográficos, são conteúdos sociais diferentes, mas que não são estanques e nem dicotômicos, pelo contrário, para poder apreender a totalidade de seus conteúdos, é necessário compreender as suas relações, como um complexo, como uma continuidade. O rural e o urbano reproduzem uma realidade social concreta, fazem parte de uma mesma sociedade. A partir dessa ideia, de pensar as relações de continuidade, de um complexo, entre rural e urbano, é preciso repensar as políticas públicas/estatais educacionais desenvolvidas, superando a ideia de dicotomia, de simples separação entre esses espaços. Ou seja, se não são espaços estanques, que não podem ser pensados separadamente, as políticas públicas/estatais devem ser desenvolvidas articuladamente. Afirmar essa necessidade de articulação, não é desconsiderar que rural e urbano tenham suas especificidades, mas é compreender que estas só encontram sentido na totalidade, são partes de uma mesma sociedade.

Texto Completo

O que são políticas públicas/estatais? Qual a compreensão necessária para pensar políticas públicas/estatais para uma educação rural?

www.semgepec.ufscar.br
27, 28, 29 e 30 de outubro de 2015



O que é rural? O que é urbano? Quais critérios utilizar para conceituar o que é rural e o que é urbano? Que questões são apropriadas para esse debate?

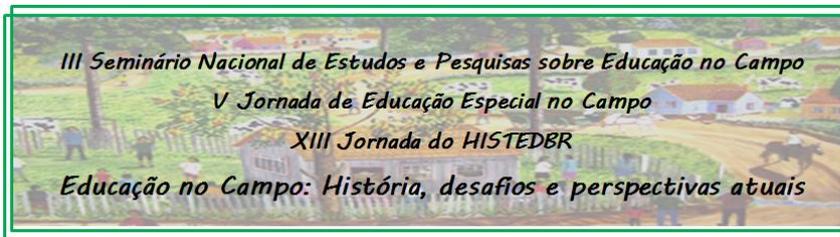
Para responder a estas questões, esse texto tem como objetivo apresentar que o rural e o urbano, longe de serem apenas espaços geográficos, são conteúdos sociais diferentes, mas que não são estanques e nem dicotômicos, pelo contrário, para poder apreender a totalidade de seus conteúdos (CARLOS, 2004), é necessário compreender suas relações, como um complexo, como uma continuidade. O rural e o urbano reproduzem uma realidade social concreta (SOBARZO, 2006), fazem parte de uma mesma sociedade.

A partir dessa ideia, de pensar as relações de continuidade, de um complexo, entre rural e urbano, é preciso repensar as políticas públicas/estatais educacionais desenvolvidas, superando a ideia de dicotomia, de simples separação entre esses espaços. Ou seja, se não são espaços estanques, que não podem ser pensados separadamente, as políticas públicas/estatais devem ser desenvolvidas articuladamente.

Afirmar essa necessidade de articulação, não é desconsiderar que rural e urbano tenham suas especificidades, mas é compreender que estas só encontram sentido na totalidade, *“pois o que explica as formas singulares que assumem as relações sociais no espaço geográfico campo é a mesma sociedade, a capitalista.”* (ARRUDA & BRITO, 2009, p. 47).

O que são Políticas Públicas/Estatais

Com o desenvolvimento do modo de produção capitalista, o Estado capitalista, enquanto um espaço de consolidação da burguesia, cumprindo o seu papel de acumulação e reprodução do capital (POULANTZAS, 1980), passa a desenvolver políticas, ações, em áreas diversas, antes entendidas como marginais, que se consolida após a Segunda Guerra Mundial e, principalmente, com a declaração dos Direitos Humanos. Assim, para garantir o processo de desenvolvimento do capital, o Estado passa a desenvolver políticas na qualificação dos trabalhadores, transportes, urbanismo, meio ambiente (NEVES & PRONKO, 2010), políticas específicas para os idosos,



juventude, mulheres e negros para que sejam inseridos no mundo do trabalho, previdência social (FALEIROS, 2000) etc.

As políticas públicas, ações do Estado, são desenvolvidas para a reprodução da força de trabalho e do capital, liberando parte do salário do trabalhador para o consumo. Estas políticas não são desenvolvidas ao acaso, são carregadas de intenções, têm a finalidade de servirem como medidas de compensação da exploração da força de trabalho, manterem a ordem social (FALEIROS, 2000). Se destinam ainda, a fazerem com que os trabalhadores não questionem a sociedade capitalista, além de atenderem a interesses econômicos e de hegemonia das frações da classe dominante, que constitui o bloco no poder (POULANTZAS, 1980).

Essas políticas são desenvolvidas, ou não, conforme o interesse do capital, ao atender, em parte, a pressão dos movimentos sociais, da população, ou ainda, para atender a interesses econômicos de determinados setores da classe dominante, como o setor industrial, comercial, bancário, do agronegócio etc.

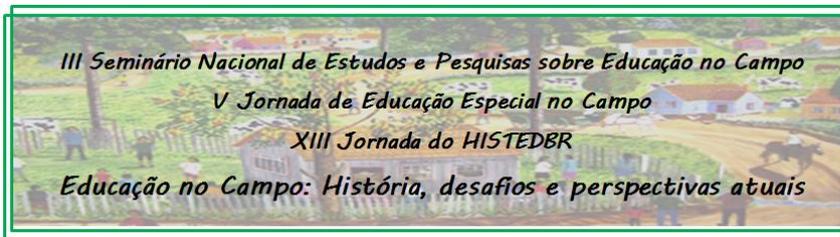
Para melhor compreender o Estado enquanto condensação da luta de classes, é necessário aprofundar sobre o que é poder, prática política e o que é público, pois questiona Poulantzas: “*Quem escapa ao Estado e ao poder hoje, e, também, quem disso não fala?*” (POULANTZAS, 1980, p. 13).

Poder, prática política e público

[...] as relações de classe são precisamente, em todos os níveis, relações de poder, não sendo, entretanto o poder senão um conceito indicando o efeito do conjunto das estruturas sobre as relações entre as práticas das diversas classes em luta (POULANTZAS, 1977, p. 97) (grifos do autor).

Na sociedade capitalista, o poder está centrado no Estado, pois este é a consolidação de determinadas frações da classe dominante no poder e esta classe é proprietária dos meios de produção capitalista, a que se apropria do excedente de trabalho realizado pelos trabalhadores. Essas frações de classe, ao se tornarem hegemônicas no Estado, realizam seus objetivos específicos e se organizam no e através do Estado, para que sejam tornados objetivos universais, os seus objetivos de classe

www.semgepec.ufscar.br
27, 28, 29 e 30 de outubro de 2015



(força social coercitiva). Nesse sentido, essas frações, organizadas enquanto classe dominante no Estado e através dos aparelhos de Estado, exercem um poder econômico (na organização do processo de trabalho), um poder político (na dominação de classe) e um poder ideológico (na manutenção dos Aparelhos Ideológicos de Estado) e na garantia dos vários sistemas, como por exemplo, o educacional (POULANTZAS, 1977, 1980).

Mas há contradições, há uma oposição de interesses de classes, porque existem classes dominadas, que são compostas por trabalhadores assalariados ou não. O Estado também tem que ter relações com as classes dominadas e suas frações e também com suas lutas próprias. Ao se organizarem enquanto classes, através de sindicatos, associações ou movimentos sociais, as classes dominadas e suas frações pressionam essa correlação de forças, fazendo com que o Estado atenda as suas reivindicações integralmente ou em parte (POULANTZAS, 1977, 1980).

Para Polantz, o conceito de política e político está ligado ao problema da história, que entende que, segundo Marx, Engels e Lenin (POULANTZAS, 1977), toda a luta de classes é uma luta política e que esta luta é o motor da história. A luta de classes representa as relações de força, na sociedade capitalista. É através dela, com a oposição dos interesses de classe e com a organização de classe, que o contexto se modifica, se transforma, movendo assim a história. Para o autor,

O conceito de prática assume aqui o sentido de um trabalho de transformação sobre um objeto (matéria-prima) determinado, cujo resultado é a produção de algo de novo (o produto) que constitui frequentemente, ou pelo menos pode constituir, uma cesura com os elementos já determinados do objeto. Ora, qual é, a este respeito, a especificidade da prática política? Esta prática tem por objeto específico o “momento atual”, como dizia Lenin [...] (POULANTZAS, 1977, p. 39) (grifos do autor.)

A prática política deve ter como objetivo o Estado, porque é este que garante a ordem social, é o centro de exercício do poder. O Estado capitalista cria as condições para a luta entre as frações de classe dominante e, num conjunto de regras e instituições e numa nação (Povo-Nação), reintegra a classe dominada, os trabalhadores, como indivíduos, separados dos meios de produção e descaracterizados de sua classe,



alienados e explorados, reproduzindo a sociedade capitalista (CARNOY, 2011). Porém, como o Estado é moldado pela luta de classes, “*as contradições surgem na própria superestrutura – no Estado – na medida em que sua integração está acontecendo.*” (CARNOY, 2011, p. 161).

Ainda, segundo Poulantzas, o Estado é um espaço privilegiado da luta de classes e essa luta acontece dentro e fora dele. Dentro do Estado há um bloco dominante no poder, com várias frações, que possuem interesses conflitantes e dessas subclasses uma, ou um conjunto delas, exerce a hegemonia sobre as outras. Da mesma forma que as classes no poder, as dominadas também se dividem em frações de classe. Assim,

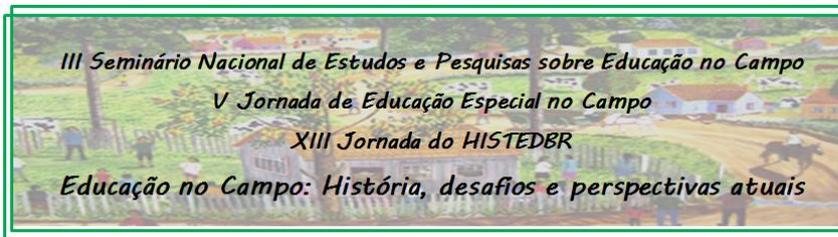
[...] o Estado, no caso capitalista, não deve ser considerado como uma entidade intrínseca, mas, como aliás é o caso do “capital”, como uma relação, mais exatamente como a condensação material de uma relação de forças entre classes e frações de classe, tal como ele expressa, de maneira sempre específica, no seio do Estado. (POULANTZAS, 1980, p. 147) (grifos do autor).

O Estado representa os interesses das classes dominantes, ordenando as relações entre as classes que compõem o bloco no poder, ordenando as relações entre as classes dominantes e dominadas e reproduzindo o capitalismo através de meios de repressão e de consenso, através das políticas públicas/estatais, garantindo assim a hegemonia da ideologia das classes dominantes (POULANTZAS, 1980).

Para uma melhor compreensão do que são políticas públicas/estatais, é necessário discutir o que é público e o que é privado. Conforme a definição encontrada no Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa, público é o que é relativo ou o que pertence ao povo, ou ainda, ao Estado. Dessa maneira, é entendido que as políticas desenvolvidas pelo Estado são públicas, porque dele emanam e ainda, são direcionadas, a princípio, ao povo, à coletividade, ou seja, ao público e o seu oposto, privado, é o particular, o que pertence ao indivíduo, o que não é do Estado.

Público. adj. 1 relativo ou pertencente a um povo, a uma coletividade 2 relativo ou pertencente ao governo de um país, estado, cidade etc. (poder p.)(funcionário p.) 3 que pertence a todos; comum (lugar p.) p.ops. a privado [...] (HOUAISS & VILLAR, p. 2330) (grifos dos autores).

www.semgepec.ufscar.br
27, 28, 29 e 30 de outubro de 2015



Quanto à discussão do que é público e do que é privado, para Althusser e Poulantzas, a grande questão não é se as políticas são públicas ou privadas, mas a função delas, o objetivo maior destas ações. As Instituições privadas (igrejas, sindicatos, ONGs, associações diversas) agem enquanto Aparelhos Ideológicos do Estado para a reprodução da sociedade capitalista, porque estas, mesmo de caráter privado, são moldadas, reguladas pelo Estado que está moldado para a reprodução do modo de produção capitalista (ALTHUSSER, 1992; POULANTZAS, 1980).

Os aparelhos de Estado públicos ou privados têm a função de reprodução ideológica ou repressora da sociedade capitalista (ALTHUSSER, 1992). No jogo dos aparelhos, o Estado realiza sua função (CODATO, 2008, POULANTZAS, 1977). Afirma o autor,

O privado é apenas a réplica do público, pois se há desdobramento, inscrito no Estado e já presente nas relações de produção e na divisão social do trabalho, é porque o Estado traça os contornos. (POULANTZAS, 1980, p. 80).

Se o Estado é compreendido como uma arena das classes dominantes, um espaço de organização dessas classes dominantes, que tem a função de acumulação e reprodução do capital e, entendido que há interesses antagônicos entre classes na sociedade capitalista, a luta de classes, não é difícil inferir que as políticas públicas/estatais (porque são desenvolvidas pelos Aparelhos estatais), são carregadas de intenções, de objetivos da classe dominante, para permanecerem como tal, para reproduzirem a sociedade capitalista.

Os complexos Campo-Cidade e Rural-Urbano

Campo é definido enquanto espaço, um lugar. Pensar o rural é ir além do espaço, é pensar as relações do rural e ainda, pensar o rural em relação ao urbano. É preciso apreender as contradições e reproduções do campo-cidade, do rural e do urbano. Para Maria Lúcia F. da H. Bernardelli,

Entendemos que a importância dessas relações entre urbano e rural é essencial, pois caso privilegiemos as diferenças e desconsideremos as

www.semgepec.ufscar.br
27, 28, 29 e 30 de outubro de 2015



relações existentes entre os espaços, será difícil conseguirmos estabelecer proposições e políticas adequadas, seja para o meio rural, seja para o urbano, pois ambos devem ser analisados em suas particularidades, dinâmicas e papéis que desempenham, bem como em suas complementaridades. (BERNARDELLI, 2006. p. 44)

Os espaços rural e urbano devem ser compreendidos em suas relações, pois compõem a sociedade capitalista. Estas relações podem ser várias: temporais, espaciais, sociais, históricas, econômicas etc.

O rural ainda é concebido como local de atraso, mas com a agricultura via industrialização, se dá a subordinação das relações não capitalistas ao capital, gerando a aparente ideia de que o campo está se urbanizando, como se fosse ser superado, sumir. O que é um grande equívoco.

Mas o que ocorre, é que, contraditoriamente, o que foi separado, a indústria e a agricultura, no início de seu desenvolvimento, o capitalismo está unificando (OLIVEIRA, 2004). Hoje é impossível dissociar rural de urbano.

Essa industrialização inicia-se com as usinas, com seus primeiros desdobramentos. As atividades agrícolas atualmente estão integradas à indústria, com a introdução de tecnologias, mecanização, intensificação da divisão do trabalho etc. Isto não quer dizer que o campo está superado, vai deixar de existir, mas sim, que está reestruturado, modificado. Apesar da tecnologia, dos produtos industrializados, o campo tem seu tempo próprio, o da natureza, que o homem tenta cada vez mais controlar, mas tem seus limites, ainda tem que respeitar o tempo de plantar e de colher, esperar pelas chuvas.

Os Limites das Políticas Públicas/Estatais para o Campo hoje e a Possibilidade de uma Superação

Em 1938, através do Decreto Lei 311, todas as sedes municipais foram declaradas cidades, independentemente de suas características. A partir de 1991, o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) utilizou como análise dos critérios de medidas populacionais o local de moradia/espço, dessa forma, aquele trabalhador rural que mora na cidade é considerado urbano e contabilizado enquanto população urbana e considerou que todo município sede é cidade (território urbano) (VEIGA,

**www.semgepec.ufscar.br
27, 28, 29 e 30 de outubro de 2015**



2003). E ainda, a definição do perímetro urbano, considerado como os limites da cidade e o perímetro rural, considerado como campo, são definidos pelo próprio governo municipal e essa política, geralmente, atende aos interesses de especuladores imobiliários e não de uma política adequada para a população.

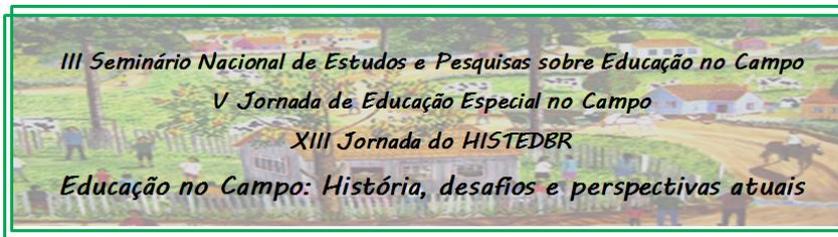
Em 2011, o então Deputado Wellington Fagundes apresenta na Câmara dos Deputados, um Projeto de Lei, com a proposta de um novo critério de classificação de município, definindo-os enquanto urbano e rural, através do número de habitantes associado com o número de habitantes por quilômetro quadrado (densidade demográfica) e com a natureza das atividades econômicas preponderantes (produto interno bruto municipal), classificando os municípios em rural, relativamente rural, de pequeno, médio e grande porte (PL/2011, FAGUNDES, 2011). Ao definir estes critérios é possível trabalhar a ideia de município rural e município urbano em sua totalidade, pois ambos em sua territorialidade, em seu conjunto, possuem campo e cidade.

Entende-se que esta proposta apresenta um avanço na concepção de rural e urbano, na tentativa de introduzir uma nova compreensão de território e assim, poder elaborar e definir políticas adequadas para os municípios rurais ou urbanos, considerando suas características e necessidades.

Políticas Públicas/Estatais para uma Educação Rural

Como já foi trabalhado anteriormente neste texto, o Estado, enquanto centro de poder, moldado pela luta de classes, desenvolve políticas para acumulação e reprodução do capital, dessa maneira desenvolve ações não para o conjunto da sociedade, mas para as classes dominantes, as que constituem o bloco no poder, cedendo apenas sob pressão das classes dominadas. O sistema educacional é um importante aparelho para essa reprodução e, moldado pela luta de classes, para estas populações, os recursos são reduzidos.

É necessário discutir o espaço que as classes trabalhadoras ocupam, ou não, nas escolas, principalmente as que estão no campo ou nas periferias da cidade. Para estas populações, em geral, sempre foram destinadas as piores condições de oferta de políticas educacionais (BEZERRA NETO, 2011).



Historicamente, a população do campo sempre foi prejudicada por não ser atendida adequadamente por políticas educacionais, com a precariedade dos prédios, a falta de material didático, a falta de professores habilitados, a distância do seu local de moradia, ou ainda, pela necessidade de ajudar no trabalho agrícola, na época do plantio ou da colheita, pois a natureza não espera, tem seu tempo próprio.

Com o fortalecimento dos movimentos dos trabalhadores do campo assalariados ou não, começou-se a discutir uma educação específica do campo, se contrapondo à antiga educação rural, às políticas públicas/estatais educacionais até então desenvolvidas. Ao defender a Educação do Campo, Lia Maria Teixeira de Oliveira e Marília Campos apresentam,

Ao contrário da Educação do Campo, a educação rural sempre foi instituída pelos organismos oficiais e teve como propósito a escolarização como instrumento de adaptação do homem ao produtivismo e à idealização de um mundo do trabalho urbano, tendo sido um elemento que contribuiu ideologicamente para provocar a saída dos sujeitos do campo para se tornarem operários na cidade. A educação rural desempenhou o papel de inserir os sujeitos do campo na cultura capitalista urbana [...] (OLIVEIRA & CAMPOS, 2012, p. 238) (*grifos meus*).

Ao analisar a citação acima, é possível inferir que não há uma reflexão sobre as relações campo e cidade, as relações rurais e urbanas, enquanto continuidade e sim, de forma dicotômica. Aponta como crítica a instituição de governos oficiais, sendo que todo o movimento para a educação do campo aponta para escolas oficiais, reivindicam escolas municipais e/ou estaduais, ou seja, políticas públicas/estatais.

Não concebe a educação enquanto a possibilidade de formação para o mundo, para a sociedade moderna, mas para fixar o homem no campo, em seu local de moradia. Ainda, não considera a industrialização do campo, como se as fábricas, as tecnologias e a forma de reestruturação produtiva do campo não estivessem ligadas ao mercado capitalista, idealizando o trabalhador do campo como fora da sociedade capitalista, uma cultura à parte.

E, por fim, através de uma concepção multiculturalista, define os trabalhadores da cidade, como operários, de forma desqualificada e os trabalhadores rurais de forma



qualificada, enquanto sujeito do campo, como se estes trabalhadores fossem de classes distintas, como se para transformar a sociedade, estes não representassem as mesmas classes, a de trabalhadores, explorados. Os problemas apontados pelas autoras são do conjunto da classe trabalhadora e não de um segmento ou de outro, numa sociedade capitalista. Luiz Bezerra Neto e Maria Cristina dos Santos Bezerra, apontam:

Por assumir uma proposta calcada na prática e no multiculturalismo, o MST, tal como alguns setores da burguesia, acaba assumindo que o fundamental não é o desvendamento do mundo, sua transformação, mas a melhoria das condições de vida de alguns setores da classe trabalhadora, esquecendo-se de que, inclusive, a classe trabalhadora é universal e que suas lutas devem ser, portanto, universais. Devido aos pressupostos assumidos, seus projetos de educação não levam em consideração a categoria de totalidade, uma vez que não fazem a relação entre formas atuais de produção da vida sob o capital e a necessidade de formação que propõem. (BEZERRA NETO & BEZERRA, 2011, p. 117).

A Educação Básica é antes um direito, que deve ser buscado e defendido para todos da sociedade. A educação deve propiciar uma formação crítica, de transformação do meio e que apresente o que a sociedade historicamente construiu de mais moderno. As especificidades devem ser levadas em consideração enquanto ponto de partida para a reflexão do meio em que se vive, mas através do conhecimento, da ciência que é universal. E o espaço privilegiado para a sistematização do conhecimento universal é a escola. Assim, asseveram Cassin e Botiglieri,

Para nós, os dados aumentam a convicção de que não se deve tratar de educação do/no campo, mas de uma educação geral que permita ao aluno compreender sua particularidade enquanto elemento de uma totalidade e que o campo, na sociedade capitalista, se organiza a partir das necessidades e na lógica do capital. Portanto, ao analisar a organização da educação no meio rural brasileiro hoje, não se pode minimizar o papel político, ideológico e econômico que essa educação cumpre em sua singularidade, mas também deve-se percebê-la em sua articulação com os interesses do capital. (2008, p. 04).

Considerações Finais

www.semgepec.ufscar.br
27, 28, 29 e 30 de outubro de 2015



Ao compreender que o Estado é moldado pela luta de classes e que as políticas públicas/estatais são desenvolvidas para a reprodução desta sociedade, a capitalista, as classes trabalhadoras devem pressionar o Estado, de forma organizada, para que seus anseios sejam atendidos. Poulantzas entende que o Estado também é positivo, porque através das lutas, da contradição, é possível construir espaços onde a luta das classes dominadas avança (POULANTZAS, 1980).

É necessário entender as relações do campo e da cidade em sua totalidade. Através de novos critérios como a associação do número de habitantes, da densidade demográfica e das relações econômicas, é possível compreender melhor as características dessa relação e poder conceituar o que é rural e o que é urbano. Assim, as políticas públicas/estatais podem ser melhor desenvolvidas, pois a partir de suas características, podem ser melhor elaboradas e articuladas, superando a ideia de dicotomia, de separação entre esses espaços e de formação dos trabalhadores.

Meu filho fica na escola tentando aprender uma coisa que eu ensino muito melhor: como plantar e colher; ele precisa é aprender a vender e a negociar as coisas. Agora, o que vejo é meu filho não aprender nada, nem uma coisa nem outra, nem a plantar, nem aprendendo essa coisa que chama de cultura, que eu acho que deve ser muito importante ele aprender, porque ele sai daqui e vai para a cidade e não consegue acompanhar a escola da cidade. Então é questão de saber o que realmente se quer desta escola _ se o que vai ensinar é plantar, eu ensino, eu acho que ele precisa aprender esse negócio de cultura; eu quero é que ele vai pra cidade fazer faculdade. É isso que eu quero que ele vá fazer. (RODRIGUES. In: CUNHA, 2009, p. 169).

A luta por uma educação de qualidade, reflexiva, que forme para a possibilidade de intervenção do meio em vive, que ofereça o que de mais avançado e historicamente a sociedade tenha construído para as classes trabalhadoras é imprescindível para que seja possível a transformação da sociedade capitalista.

Referências

ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos Ideológicos de Estado**. 6 ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1992.



ARRUDA, Élcia Esnarriaga de, BRITO, Sílvia Helena Andrade de. Análise de uma proposta de escola específica para o campo. In: ALVES, Gilberto Luiz (org.). **Educação no Campo**, recortes no tempo e no espaço. Campinas, SP: Autores Associados, 2009.

BERNARDELLI, Maria Lúcia Falconi da Hora. Contribuições ao debate sobre o urbano e rural. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão, WHITACKER, Arthur Magon (orgs.). **Cidade e Campo**: relações e contradições entre urbano e rural. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2006.

BEZERRA NETO, Luiz, BEZERRA, Maria Cristina dos Santos (orgs.). Educação do Campo: referenciais teóricos em discussão. In: BEZERRA NETO, Luiz, BEZERRA, Maria Cristina dos Santos (orgs.). **Educação para o Campo em Discussão**: Reflexões sobre o Programa Escola Ativa. São José: Premier, 2011.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **Seria o Brasil menos urbano do que se calcula?** GEOUSP, São Paulo, Depto. De Geografia – FFLCH-USP, n. 13, p. 179 – 187, 2003.

CASSIN, Marcos, BOTIGLIERI, Mônica. Mundialização, o Novo Rural Brasileiro e a Educação. In: LUCENA, Carlos (org.). **Trabalho, Precarização e Formação Humana**. Campinas: Editora Alínea, 2008.

CARNOY, Martin. **Estado e Teoria Política**. 17 ed. Campinas: Papius, 2011.

CODATO, Adriano. Poulantzas, o Estado e a Revolução. In: **Crítica Marxista**. Campinas, n. 27, p. 65-85, 2008.

FAGUNDES, Dep. Wellington. PL/2011.

FALEIROS, Vicente de Paula. **A Política Social do Estado Capitalista**. 8 ed. São Paulo: Cortez, 2000.

HOUAISS, Antônio, VILLAR, Mauro de Salles. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

NEVES, Lúcia Maria Wanderley, PRONKO, Marcela. A Atualidade das Ideias de Nicos Poulantzas no Entendimento das Políticas Sociais no Século XXI. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**. Londrina, v.1, n. 2, p. 97-111, jan. 2010.

OLIVEIRA, Arioaldo Umbelino de. Geografia Agrária: perspectivas no início do século XXI. In: **O Campo no Século XXI: território da vida**. OLIVEIRA, Arioaldo Umbelino de & MARQUES, Marta Inez Medeiros (orgs.) São Paulo: Editora Casa Amarela e Editora Paz e Terra, 2004.



OLIVEIRA, Lia Maria Teixeira de, CAMPOS, Marília. Educação Básica do Campo. In: CALDART, Roseli Salete, PEREIRA, Isabel Brasil, ALENTEJO, Paulo, FRIGOTTO, Gaudêncio (orgs.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio: Expressão Popular, 2012.

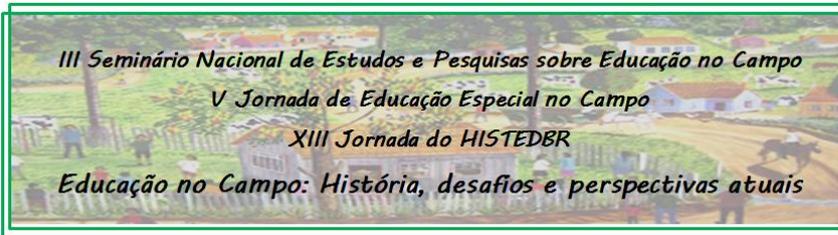
POULANTZAS, Nicos. **Poder Político e Classes Sociais**. São Paulo: Martins Fontes, 1977.

_____, Nicos. **O Estado, o Poder, o Socialismo**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1980.

RODRIGUES. In: CUNHA. Luiz Antônio. **Educação, Estado e Democracia no Brasil**. 6 ed. São Paulo: Cortez Editora, 2009.

SOBARZO, Oscar. O urbano e o rural em Henri Lefebvre. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão, WHITACKER, Arthur Magon (orgs.). **Cidade e Campo: Relações e Contradições entre Urbano e Rural**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2006.

VEIGA, José Eli da. **Cidades Imaginárias**. O Brasil é menos urbano do que se calcula. 2 ed. Campinas: Autores Associados, 2003.



www.semgepec.ufscar.br
27, 28, 29 e 30 de outubro de 2015